

COMBATE ÀS DESIGUALDADES E IDEOLOGIA: O DEBATE PARLAMENTAR NO PRIMEIRO MANDATO DE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (2003-2006)

LUZ, MICHELE DIANA¹; MENDONÇA, DANIEL²

¹Universidade Federal de Pelotas – micheledluz@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – ddmendonca@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

As diferentes formas de exclusão as quais está submetida grande parte da população - sobretudo no que diz respeito ao acesso às condições mínimas de cidadania - estão de tal modo estruturadas em nossa sociedade que a naturalização e reprodução destas acabam por interferir na própria consolidação de uma ordem democrática efetiva. O que conforme Souza (2003) pode ser concebido como um processo de “produção de “subcidadãos” como um fenômeno de massa”.

Inegavelmente, a superação da desigualdade social brasileira (em suas mais variadas formas) tem se mostrado parte cada vez mais importante dos projetos governamentais, sobretudo nas duas últimas décadas, o que pode ser constatado através do desenvolvimento de programas de transferência de renda e da expansão de crédito à população mais carente (SINGER, 2012). O marco deste debate se deu principalmente a partir da experiência do primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2006), que trazia a questão social como bandeira partidária em suas campanhas, razão pela qual este período é frequentemente visto como um divisor de águas no que concerne ao combate das desigualdades sociais no Brasil.

Tomando-se a aceitação das políticas sociais por parte do eleitorado, é possível presumir a influência deste fator no discurso adotado por aliados e adversários na Câmara dos Deputados. Assim, o combate à desigualdade social adquire não apenas maior espaço nos debates, mas também maior relevância em todo o campo político. Nesta perspectiva, a temática da desigualdade pode servir como uma espécie de termômetro ideológico do comportamento político, ainda que não de forma explícita, dadas as peculiaridades atinentes ao momento político de crescente questionamento da real postura ideológica do Partido dos Trabalhadores, em virtude de sua abertura a coligações mais “à direita”.

Isto posto, a questão da desigualdade é aqui colocada como balizadora do debate parlamentar em um sentido ideológico, ao passo que nos permite analisar

o papel que o Estado deve adotar no enfrentamento das desigualdades segundo a concepção dos parlamentares, tal como sua percepção sobre a eficácia das medidas implementadas (se determinadas políticas produzem igualdade de oportunidades ou atuam como reprodutoras de desigualdades).

Assim, o objetivo que se coloca é o de captar os matizes ideológicos do debate sobre a desigualdade no parlamento brasileiro. Além disso, busca-se ainda perceber se existe alteração desses ao longo dos quatro anos analisados. Como ponto de partida, toma-se a classificação ideológico-partidária clássica proposta por Limongi e Figueiredo (1995), segundo a qual os partidos de maior representatividade no Congresso podem ser dispostos no seguinte *continuum* ideológico: à direita situam-se PDS/PPR, PFL e PTB, no centro figuram PMDB e PSDB e, à esquerda, PDT e PT (LIMONGI e FIGUEIREDO, 1995)¹.

Esta primeira classificação é denominada “inicial” pelo fato de que se pretende inferir o posicionamento ideológico dos parlamentares a partir de seu comportamento no campo político discursivo da representação política. É importante ressaltar que o campo discursivo aqui mencionado não refere-se unicamente ao posicionamento retórico por eles assumido. Para melhor compreensão do entendimento dado à categoria de discurso, faz-se necessário uma breve explicação sobre a proposta metodológica a qual ele integra.

2. METODOLOGIA

A metodologia empregada é advinda do projeto de pesquisa “Ideologia e Partidos Políticos no Brasil: uma nova metodologia de classificação”,² o qual consiste em uma proposta qualitativa que busca aferir o padrão médio da ação partidária em dois níveis, umbilicalmente ligados às noções de discurso e de ideologia a partir das quais operacionalizamos as classificações.

O marco teórico que fundamenta os elementos metodológicos utilizados é o pós-estruturalismo, particularmente, os estudos mais contemporâneos sobre

¹ Tendo em conta as alterações de algumas das nomenclaturas e cisões ou fusões partidárias ocorridas entre o período analisado e o da formulação desta categorização, para efeitos de classificação inicial, considera-se a adaptação da mesma pela incorporação de siglas surgidas nesse ínterim

² Projeto de pesquisa financiado pelo CNPq/CAPES/FAPERGS, desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa em Ideologia e Análise de Discurso, sob coordenação dos professores Daniel de Mendonça e Bianca de Freitas Linhares (UFPEL).

teoria da ideologia (ŽIŽEK, 1992, 1996; LACLAU, 1990, 2014), segundo a qual não é possível fazer distinção entre a ideologia e a prática do sujeito, pois ambas estão sempre interligadas e são indissociáveis. Deste modo, as noções de discurso e de ideologia que adotamos não fazem qualquer diferenciação entre ideal e prática ou entre discurso e prática, o que nos permite conceber todo discurso como dotado de materialidade e estruturalidade na organização das relações sociais (LACLAU e MOUFFE, 1985).

Tendo isso em mente, a divisão dos dois níveis que compõem a pesquisa está assim colocada: o primeiro nível trata do posicionamento retórico ideológico dos deputados, tendo por base seus pronunciamentos em distintas sessões na Câmara dos Deputados; O segundo nível consiste na análise do conteúdo ideológico presente em políticas específicas, tais como projetos de lei, medidas provisórias do Executivo, políticas públicas, entre outras.

Considerando que o objetivo da proposta aqui apresentada traz um recorte temporal e temático da mencionada pesquisa, o estabelecimento das etapas metodológicas utilizadas ateve-se ao primeiro nível da mesma. Assim, embora neste momento a análise diga respeito exclusivamente aos pronunciamentos dos Deputados Federais, deve-se ter em mente que os resultados dela provenientes são parte integrante de uma análise mais ampla, não devendo, assim, serem considerados isoladamente.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Embora a pesquisa esteja em fase de teste quanto a aplicação da metodologia, alguns resultados preliminares despertam a atenção. Inicialmente, nota-se a preponderância de quatro eixos temáticos principais dentro dos quais podem ser alocados os significantes mais específicos no que se refere à desigualdade: 1) Desigualdade Racial; 2) Desigualdade de Gênero; 3) Desigualdade Regional e 4) Desigualdade Econômica/Gestão Governamental.

Dentre estes, o de maior recorrência nos pronunciamentos é o Eixo 4, no qual, como esperado, as proposições e críticas a respeito da gestão das políticas públicas empregadas pelo Governo Lula para superação das desigualdades protagonizam o debate. Chama a atenção o tom esperançoso e confiante com o qual os Deputados referem-se às iniciativas implantadas pelo governo Lula, sobretudo no último ano de gestão do primeiro mandato do PT no Executivo

nacional. Geralmente associados a este significante, aparecem outros dois, que são o da “desigualdade de acesso” e o da “desigualdade racial”.

Outro fato relevante notado é que o significante “dever do Estado” é por vezes empregado como algo dissociado do “combatida por Lula” em um mesmo pronunciamento, podendo-se inferir que a fala dos parlamentares expõe, neste sentido, uma visão mais personificada do líder Lula enquanto “combatente da miséria”, ficando concebido como “dever do Estado” o combate das “desigualdades regionais”.

4. CONCLUSÕES

Embora ainda em estágio inicial, os resultados encontrados trazem ainda mais à atenção um questionamento que vem ganhando espaço no campo da ciência política, especialmente nos trabalhos que versam sobre a ideologia e partidos políticos. Não apenas as fronteiras ideológico-partidárias mostram-se bastante “borradas” na conjuntura examinada, como determinados posicionamentos retóricos adaptam-se paulatinamente. Tais percepções reforçam o caráter contingente da ideologia enquanto discurso e apontam para uma divisão que por vezes mais parece adequar-se na díade “situação/oposição” do que na “esquerda, direita”

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LACLAU, E. **Los Fundamentos Retóricos de la Sociedad**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2014.

_____. **Nuevas Reflexiones sobre la Revolución de nuestro Tiempo**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1990.

_____; MOUFFE, C. **Hegemony and Socialist Strategy: towards a radical democratic politics**. London: Verso, 1985.

LIMONGI, F.; FIGUEIREDO, A. “Partidos Políticos na Câmara dos Deputados: 1989-1994”. **Dados-Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 3, p. 497-525, 1995.

SINGER, André. **Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo, Cia. das Letras, 2012.

SOUZA, J. A gramática social da desigualdade brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 19 nº. 54, p. 79-96, 2003.

ŽIŽEK, S. **Eles não sabem o que fazem: o sublime objeto da ideologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.